

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 142/2019-PGJ, DE 17.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 16.1.2019, as férias do Procurador de Justiça Antonio Siufi Neto, concedidas por meio da Portaria nº 4077/2018-PGJ, de 3.12.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 149/2019-PGJ, DE 17.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 17.1.2019, as férias do Procurador de Justiça Francisco Neves Junior, concedidas por meio da Portaria nº 4077/2018-PGJ, de 3.12.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 116/2019-PGJ, DE 16.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 25º Promotor de Justiça de Campo Grande, Antonio André David Medeiros, para atuar como interlocutor nas ações decorrentes do termo de adesão do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para criação e expansão do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos, SINALID.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 117/2019-PGJ, DE 16.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 12º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, no período de 14.1 a 6.2.2019, em razão de férias do titular Promotor de Justiça Elcio Felix D’ Angelo.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 135/2019-PGJ, DE 17.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 6 a 15.2.2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 138/2019-PGJ, DE 17.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 16.1.2019, as férias do Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, concedidas por meio da Portaria nº 4101/2019-PGJ, de 4.12.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 139/2019-PGJ, DE 17.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 6 a 15.2.2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 144/2019-PGJ, DE 17.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques 10 (dez) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos no período de 14 a 23.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 019/2009-PGJ, de 4.11.2009, alterada pela Resolução nº 020/2015-PGJ, de 25.6.2015

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 145/2019-PGJ, DE 17.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 23ª Zona Eleitoral, no período 14 a 23.1.2019, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 146/2019-PGJ, DE 17.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Corumbá, nos dias 17 e 18.1.2019, e nos períodos de 21 a 25.1.2019 e 2 a 11.2.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, férias e curso do titular Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 148/2019-PGJ, DE 17.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça da comarca de Amambai, Nara Mendes dos Santos Fernandes e Michel Maesano Mancuelho, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem na Vara Única de Coronel Sapucaia, a partir de 17.1.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 109/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Remover, por permuta, os servidores ocupantes do cargo de Técnico I, área de atividade administrativa, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, Elisete Helaine Sorgato, para a comarca de Campo Grande, e Andrelucio Vasconcelos Cavalcante, para a comarca de Dourados, nos termos do artigo 9º, inciso III, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, e dos artigos 1º, inciso III, 11, 12 e 13 da Resolução nº 023/2012-PGJ, de 19.6.2012 (Processo PGJ/10/4579/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 129/2019-PGJ, DE 17.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Angelina Aparecida Alves Marques para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA JURÍDICA**PORTARIA N° 137/2019-PGJ, DE 17.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA JURÍDICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 18 a 27.2.2019, nos termos das Resoluções nº 06/2015-CPJ, de 25 de junho de 2015, e nº 019/2009-PGJ, de 4 de novembro de 2009, alterada pela Resolução nº 020/2015-PGJ, de 25 de junho de 2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 061/2019-PGJ, DE 11.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Carlos Vinicius Moraes de Souza, por meio da Portaria nº 2759/2018-PGJ, de 10.8.2018, que seriam usufruídas no período de 7 a 16.1.2019, a serem usufruídas no período de 24.6 a 3.7.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 070/2019-PGJ, DE 11.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Frank Denner Pereira Oliveira, por meio da Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, que seriam usufruídas no período de 7 a 16.1.2019, a serem usufruídas no período de 30.9 a 9.10.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 100/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Elisete Helaine Sorgato, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que seriam usufruídas no período de 10 a 19.12.2018, a serem usufruídas no período de 3 a 12.6.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 101/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 17.12.2018, as férias do servidor Reginaldo de Oliveira Vilanova, concedidas por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, com a redação dada pela Portaria nº 227/2018-PGJ, de 19.1.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 15 a 17.4.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 102/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Luciana Souza Zanardo, por meio da Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, que seriam usufruídas no período de 14 a 23.1.2019, a serem usufruídas no período de 8 a 17.4.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 104/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, na parte que concedeu férias regulamentares ao servidor Alessandro Benites Thiry, de forma que, onde consta: 1º Período – 17 a 26.1.2019, passe a constar: 1º Período – 7 a 26.1.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 105/2019-PGJ, DE 15.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 7.1.2019, as férias do servidor Patrick Arruda Santana, concedidas por meio da Portaria nº 3838/2018-PGJ, de 12.11.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas nos dias 23 e 24.5.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 0001/2019/CGMP/CAOMA/MS, DE 15 DE JANEIRO DE 2019.**

Dispõe sobre a necessidade de o Promotor de Justiça Ambiental demonstrar detalhadamente a presença dos requisitos legais da medida cautelar de averbação do ajuizamento da ação civil pública ambiental na matrícula do imóvel do requerido, quando a medida for pleiteada.

A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio de seu Corregedor-Geral, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 17 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, pelos arts. 16, *caput*, e 18, X, ambos da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com redação conferida pela Lei Complementar Estadual nº 145, de 22 de abril de 2010, e pelo art. 2º, inciso IV, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e

O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, DA HABITAÇÃO E URBANISMO E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, por intermédio de sua Coordenadora, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 37 da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e na Resolução nº 017/2012-PGJ, de 3 de maio de 2012;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o disposto no art. 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que a eficiência é princípio que rege a Administração Pública e, consequentemente, deve ser observada pelos agentes públicos, a teor do disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão da Administração Superior do Ministério Público encarregado da orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, bem como de avaliar o resultado das atividades de execução das Promotorias e das Procuradorias de Justiça;

CONSIDERANDO a instauração, no âmbito desta Corregedoria-Geral do Ministério Público, do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004374-8;

CONSIDERANDO que a Carta de Brasília, assinada pela Corregedoria Nacional e pelas Corregedorias-Gerais dos Estados e da União em sessão pública ocorrida em 22 de setembro de 2016, por ocasião do 7º Congresso de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público, estabeleceu diretrizes referentes aos membros do Ministério Público, tais como a adoção de uma postura resolutiva amparada no compromisso com ganhos de efetividade na atuação institucional, exigindo-se, para tanto, a atuação proativa do membro para garantia do andamento célere e da duração razoável dos feitos sob a responsabilidade de sua unidade ministerial;

CONSIDERANDO que a resolubilidade é uma meta estabelecida pelo CNMP, como se infere da Recomendação nº 54, de 28 de março de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro, estabelecendo, desde os seus “considerandos”, que a missão estratégica do CNMP é fortalecer o Ministério Público para uma atuação responsável e socialmente efetiva, em razão da dificuldade de acesso à justiça e do paradigma jurídico do século XXI, que são incompatíveis com uma atuação institucional formal, burocrática e sem dinamismo;

CONSIDERANDO também que, nas ações civis públicas ambientais, quando realizado o pedido de sua averbação, este se assenta *no princípio da informação que rege, simultaneamente, o Direito Ambiental e o Direito do Consumidor; na ausência de rol taxativo da hipótese de averbação, ante a norma extensiva contida no art. 246 da Lei n. 6.015/1993; e na hodierna necessidade de integração do sistema de registro imobiliário com a tutela ambiental, seja pela função social da propriedade, pelas novas frentes de Direito Público (urbanístico e ambiental), seja pela necessidade de fomento da segurança jurídica inerente ao próprio sistema de publicidade registral-imobiliária*¹;

CONSIDERANDO, ainda, que *a determinação de averbação da existência da ação à margem do registro do imóvel tem por fundamento uma providência de natureza cautelar e, como toda medida de natureza cautelar, assim, a pretensão deve estar embasada nos dois requisitos legais previstos no ordenamento jurídico, a saber, o 'fumus boni juris' e o 'periculum in mora'*², sob pena de o pedido ser indeferido;

CONSIDERANDO, finalmente, que o cuidado com a delimitação clara da probabilidade do direito alegado e do perigo na demora da averbação, pelo órgão de execução, tornará o sistema de Justiça como um todo mais ágil e eficiente, evitando eventuais interposições de recursos, pareceres e novos julgamentos sobre a matéria, poupando tempo dos operadores do Direito e dinamizando a entrega da prestação jurisdicional;

RECOMENDAM aos membros do Ministério Público, resguardado o princípio institucional da independência funcional, sem caráter vinculativo:

Art. 1º Demonstrarem nos pedidos de cautelares, no âmbito das ações civis públicas de natureza ambiental, de forma clara e precisa a presença dos requisitos legais *fumus boni juris* e *periculum in mora*, quando postularem o registro da ação à margem da matrícula do imóvel objeto do litígio.

Art. 2º Esta recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande (MS), 15 de janeiro de 2019.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

MARIGÔ REGINA BITTAR BEZERRA
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente,
da Habitação e Urbanismo e do Patrimônio Histórico e Cultural

1 STJ. Recurso Especial n. 1.161.300-SC, Rel. Min. Herman Benjamin, T2 – Segunda Turma, J. 22/2/2011, DJe 11/5/2011.

2 TJMS. Agravo de Instrumento n. 1410559-94.2018.8.12.0000 (agravo de instrumento), 4ª Câmara Cível, Des. Rel. Claudionor Miguel Abss Duarte, j. 31/10/2018, trecho do voto do Desembargador Dorival Renato Pavan (1º Vogal).

SECRETARIA-GERAL**ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2019-SEG/MPMS, DE 17 DE JANEIRO DE 2019.**

Institui o Regimento Interno da Comissão Técnica para Elaboração e Implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e da Construção Civil do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, combinado com a alínea “e” do art. 1º da Resolução nº 002/2001-PGJ, de 16 de março de 2001,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o Regimento Interno da Comissão Técnica para Elaboração e Implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e da Construção Civil do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

RESOLVE:

CAPÍTULO I**DA NATUREZA E DA FINALIDADE**

Art. 1º A Comissão Técnica para Elaboração e Implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e da Construção Civil, CGRS, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, tem por finalidade:

- I - elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e da Construção Civil do MPMS;
- II - implementar e operacionalizar as ações e diretrizes relacionadas no documento técnico confeccionado para regulamentar a gestão dos resíduos sólidos gerados;
- III - monitorar as unidades físicas do MPMS com o intuito de realizar a triagem e identificação dos resíduos sólidos produzidos, bem como seu volume, natureza e características;
- IV - zelar para que o MPMS cumpra integralmente as disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;
- V - atuar no sentido de promover a não geração de resíduos sólidos e sua redução, reutilização, reciclagem e tratamento, bem como a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

CAPÍTULO II**DA COMPETÊNCIA**

Art. 2º A CGRS tem como competência:

- I - orientar os usuários do MPMS quanto às medidas mais adequadas para segregação e disposição dos resíduos sólidos;
- II - avaliar rotineiramente a origem e quantidade dos resíduos sólidos e da construção civil gerados no âmbito do MPMS;
- III - enquadrar, nos moldes da legislação específica vigente, os procedimentos adotados pelo MPMS no que tange à gestão do que é produzido relativamente a resíduos sólidos e da construção civil.

Art. 3º Para a consecução de suas finalidades, compete à CGRS:

- I - atender ao disposto nos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos dos municípios competentes;
- II - cumprir os requisitos relacionados no plano estadual de gestão integrada de resíduos sólidos;
- III - diagnosticar os resíduos sólidos gerados ou administrados pelo órgão, inclusive com descrição da origem, do volume e das características dos mesmos, bem como dos passivos ambientais a eles relacionados;
- IV - promover políticas de gerenciamento de resíduos sólidos e da construção civil, como:
 - a) definir os procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do MPMS;
 - b) fomentar ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;
 - c) estabelecer metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos;
 - d) estipular, no que couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos

adquiridos pelo MPMS;

e) perpetuar medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

V - disponibilizar ao órgão municipal competente, bem como a todo órgão licenciador e outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e da Construção Civil do MPMS, atualizando-as.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º A CGRS será composta por, no máximo, 7 (sete) membros, conforme designação do Procurador-Geral de Justiça, o qual nomeará o Presidente, enquanto o Secretário será escolhido pela presidência dentre os respectivos membros.

Art. 5º A investidura dos membros não excederá a 2 (dois) anos, permitida a recondução de parte daqueles para a mesma comissão no período subsequente.

Parágrafo único. Durante o mandato, o membro poderá ser substituído a pedido do próprio interessado ou por força do art. 6º deste Regimento.

Art. 6º A ausência injustificada de qualquer membro da CGRS, por 3 (três) reuniões sucessivas, ou 4 (quatro) alternadas, no período de 1 (um) ano, bem como a reiterada prática de conduta desidiosa e/ou desrespeitosa ensejarão sua substituição, mediante pedido do Presidente ao Secretário-Geral do MPMS.

Parágrafo único. A justificativa de ausência por parte do membro nas reuniões ou execução dos trabalhos da CGRS deverá ser encaminhada por escrito, via *e-mail*, ao Presidente da Comissão, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º A CGRS funcionará na sede da Procuradoria-Geral de Justiça ou em outro prédio do Ministério Público Estadual quando não for possível o seu funcionamento naquela.

Art. 8º As deliberações da CGRS serão feitas nas respectivas reuniões e formalizadas em atas a serem disponibilizadas na pasta CGRS na rede do MPMS.

Art. 9º A CGRS reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente a qualquer tempo, de acordo com o art. 13 deste Regimento.

Art. 10. As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão serão estabelecidas de acordo com cronograma mensal a ser proposto e aprovado pelos integrantes em reunião ordinária.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 11. Ao Presidente da CGRS incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Comissão, especificamente:

I - convocar, coordenar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão, ou designar quem o faça;

II - consolidar a pauta das reuniões;

III - representar a CGRS junto aos órgãos da Administração Superior do MPMS;

IV - delegar atribuições aos demais membros;

V - convidar, por indicação dos membros da CGRS, autoridades ou técnicos a comparecerem às reuniões, para ofertarem esclarecimentos ou subsídios, sem direito a participação nas deliberações;

VI - fazer cumprir este Regimento;

VII - decidir sobre questões omissas neste Regimento;

VIII - designar membro para ocupar a secretaria da Comissão;

IX - elaborar e apresentar a Secretaria-Geral, mensalmente, relatório das atividades da Comissão;

X - dar encaminhamento às deliberações da Comissão; e

XI - solicitar, junto à autoridade competente, a dotação orçamentária para cobertura das despesas referentes a

passagens, diárias e cursos de atualização e capacitação.

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS

Art. 12. Aos membros efetivos da CGRS incumbe:

- I - participar das reuniões, discutir e deliberar sobre os assuntos constantes da pauta;
- II - cumprir os objetivos e as atribuições da Comissão;
- III - participar, conforme deliberação em reunião, de grupo de trabalho;
- IV - participar das atividades da Comissão, mantendo a presidência informada sobre assuntos que possam potencializar seus resultados;
- V - zelar pela implantação e divulgação das ações deliberadas pela Comissão;
- VI - encaminhar, com antecedência, sugestões de pauta ao Secretário;
- VII - propor à Comissão, sempre que necessário, o aperfeiçoamento da normatização das atividades desenvolvidas.

CAPÍTULO VII DAS REUNIÕES

Art. 13. A CGRS reunir-se-á:

- I - ordinariamente, uma vez por mês, preferencialmente no primeiro dia útil de cada mês; e
- II - extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação do Presidente ou por solicitação de qualquer um dos membros da Comissão, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º Da convocação extraordinária constará a pauta dos assuntos a serem tratados.

§ 2º Qualquer matéria urgente ou de alta relevância poderá, a critério do Presidente, ser colocada em discussão ainda que não conste da pauta de convocação.

§ 3º Ao Presidente caberá decidir nas hipóteses em que não for alcançado o consenso, cabendo-lhe o voto de desempate.

§ 4º A CGRS deliberará por maior simples de votos, estando presentes, no mínimo, 70 % dos membros.

§ 5º As deliberações da CGRS, quando necessário, serão encaminhadas para aprovação à Secretaria-Geral, que poderá, a qualquer tempo, revê-las.

§ 6º O membro que não puder comparecer a uma reunião deverá comunicá-lo ao Presidente, na forma do parágrafo único do art. 6º, sob pena de ser considerado faltoso.

§ 7º O membro proponente da reunião extraordinária deverá apresentar ao Presidente, para conhecimento e aprovação, os assuntos de pauta propostos.

§ 8º O Secretário da Comissão, após deliberação da presidência, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, deverá encaminhar a proposta de reunião extraordinária e os itens da pauta aos demais membros.

Art. 14. As reuniões serão realizadas no prédio da Procuradoria-Geral de Justiça, em local a ser previamente definido, ressalvadas as hipóteses de deslocamentos mediante prévia autorização da Secretaria-Geral.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. O prazo para que os trabalhos da CGRS sejam concluídos é de 1 (um) ano a contar da publicação desta Ordem de Serviço, admitindo-se sua prorrogação por igual período mediante interposição de justificativa.

Art. 16. As convocações deverão ser acompanhadas de pauta de reunião e, quando for o caso, de documentos ou relatórios que possibilitem o entendimento do tema a ser abordado.

Campo Grande, 17 de janeiro de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA
Promotora de Justiça
Secretária-Geral do MPMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000196 DE 15.01.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0106/2019.**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 14/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de refrigerador, frost free, duas portas, capacidade de armazenagem líquida total de no mínimo 400 litros (refrigerador + congelador), gavetão para verduras e legumes e prateleiras internas removíveis, tensão: 127 volts ou bivolt, cor branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Electrolux, Brastemp, Consul. Marca/Modelo: Consul CRD46AB, (item 1).

Valor: R\$ 8.708,00 (oito mil, setecentos e oito reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000196 de 15.01.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 001/2019**

A 50ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, esquina com a Rua Luís Freire Benchetrit, Bairro Cachoeira, nesta Cidade.

Inquérito Civil SAJMP n. 06.2018.00002086-6

Requerente: Sindicato dos Servidores da Administração Penitenciária do Estado de Mato Grosso do Sul - SINSAP

Requerido: AGEPEN/MS

Assunto: SIGILOSO.

Campo Grande, MS, 16 de janeiro de 2019.

RENATA RUTH FERNANDES GOYA MARINHO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 1/2019.

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico Cultural, da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2019.00000096-3

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Acompanhar as providências adotadas pelo Município de Campo Grande, com fundamento no Poder de Polícia Administrativa, notadamente àquelas necessárias para o ajustamento de conduta ao que determina a legislação e a técnica pertinente, em relação às demandas encaminhadas para 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico Cultural e Habitação e Urbanismo.

Campo Grande, 17 de janeiro de 2019.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça.

EDITAL N° 001/2019/28ªPJ/CGR

A 28ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição na Rua da Paz, nº 134, Centro, nesta Capital.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000092-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de torturas sofridas por adolescentes internos na Unidade Educacional de Internação Masculina Dom Bosco, em Campo Grande/MS, ocorridas no período de 11 a 13/12/2018.

Campo Grande/MS, 16 de janeiro de 2019.

VERA APARECIDA CARDOSO BORGALHO FROST VIEIRA

Promotora de Justiça

DOURADOS

EDITAL N. 0003/2019/17PJ/DOS

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00000081-9

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): A Apurar.

Assunto: Acompanhar as visitas técnicas nas instituições de longa permanência para idosos da Comarca de Dourados/MS, durante o ano de 2019.

Dourados/MS, 15 de janeiro de 2019.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AQUIDAUANA

EDITAL N.º 002-2019-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000943-9 em Inquérito Civil nº 06.2018.00000943-9 - 1ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000943-9 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Leirton Faustino Nogueira

Objeto – Verificar se a carvoaria existente na área de 5 hectares, que foi desmembrada da Fazenda Buriti (atual Fazenda 22), de propriedade do Senhor Leirton Faustino Nogueira, possui licença do Órgão ambiental para exercício da atividade.

Aquidauana - MS, 14 de janeiro de 2019.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

CHAPADÃO DO SUL

EDITAL Nº 02/2019/2ªPJCS

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000086-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. (Sanesul) e Município de Chapadão do Sul

Assunto: Apurar e sanar o vazamento reiterado de dejetos da estação de bombeamento e tratamento de esgoto do Município de Chapadão do Sul, bem como assegurar a vigilância da qualidade da água para consumo humano, verificando sua adequação aos parâmetros legais.

Chapadão do Sul-MS, 16 de janeiro de 2019.

FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

SETE QUEDAS

EDITAL Nº 0001/2019/PJ/STQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001595-2.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Cidadão suspeita de venda de certificado de conclusão do 1º ao 3º ano emitido pela Escola Estadual 13 de maio, sito à Rua Tiradentes, no centro. Existem pessoas que nem terminaram nível médio e estão fazendo faculdade.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 10 de janeiro de 2019.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça em substituição legal.